



## Congresso aprova recursos que acabam com crise no Fies

Senadores e deputados acataram projeto que libera R\$ 702,5 milhões do Orçamento deste ano para o Fundo de Financiamento Estudantil



Renan Calheiros fala aos senadores e deputados durante a votação de verbas extras para o MEC: novos recursos permitirão que universitários sigam estudando

Com a aprovação ontem do projeto que prevê verbas extras do Orçamento para o Ministério da Educação, o governo conseguirá renovar os contratos do Fundo de Financiamento Estudantil que estavam emperrados. Por meio do Fies, estudantes obtêm um empréstimo do governo para cursar faculdade privada e só começam a quitar a dívida após a conclusão do curso. Por falta de dinheiro, o MEC vinha atrasando o repasse aos bancos que fazem o pagamento às faculdades, que ameaçavam não renovar a matrícula dos estudantes. O projeto agora vai para a sanção presidencial. **3**

**Comissões começam a votar emendas ao Orçamento **8****

**É preciso enfrentar violência obstétrica, afirma governo **2****

**Para ONG, país pode aumentar meta de emissão de gases **6****

**Avança texto que incentiva comércio de carro elétrico **7****

**Aéreas querem liberdade para fixar preço de serviços **6****

### Nova MP que altera benefícios do INSS passa em comissão mista

Foi aprovado ontem, pela comissão mista que analisa a MP 739/2015, o relatório sobre a proposta, que cria várias exigências para a concessão de benefícios do INSS e prevê a revisão de alguns dele. O auxílio-doença e a aposentadoria por invalidez devem ser fiscalizados para apurar possíveis irregularidades. O salário-maternidade passa a ter carência de dez meses, em vez de quatro. Parlamentares criticaram as alterações e lamentaram que emendas não tenham sido aceitas pelo relator. **4**



Lasier Martins é o presidente da CCT, que votou a proposta ontem

### Proposta prevê punição para trote a polícia e bombeiro

Quem passar trote por telefone a serviços de emergência, como a polícia e os corpos de bombeiros, pode ser punido. Projeto com esse fim foi aprovado ontem pela Comissão de Ciência e Tecnologia. A punição vai de suspensão temporária a cancelamento do serviço telefônico e multa. O infrator também pode responder na Justiça se o trote prejudicar a saúde de quem ficou sem atendimento. Falsas ocorrências chegam a representar de 20% a 70% das chamadas, dizem os autores do projeto. **5**



Garibaldi Alves presidiu reunião da comissão que aprovou a medida

### Senadores se dividem sobre projeto que reconhece vaquejada

Gerou discussão ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte o projeto de lei que reconhece a vaquejada e o rodeio como patrimônios culturais imateriais. Para os críticos, as duas atividades são cruéis com os animais. Na avaliação dos defensores,

trata-se de manifestações culturais que precisam ser respeitadas e preservadas. O relator, Otto Alencar, é favorável à aprovação da proposta. O senador citou que a vaquejada e o rodeio são responsáveis por 600 mil empregos no país. **7**



Otto Alencar, relator da proposta, diz que vaquejada e rodeio geram emprego

### Parlamentares aprovam créditos suplementares

Senadores e deputados aprovaram ontem cinco projetos do Congresso que abrem créditos suplementares para diferentes finalidades. O de maior valor destina R\$ 3 bilhões para regularizar a situação do Brasil em organismos internacionais. **3**

### Mantido veto a reajuste na Defensoria

O Congresso confirmou ontem três vetos presidenciais: um a reajuste para a Defensoria Pública da União, outro relativo a criação de cargos públicos e o último a trechos da criação de incentivos para saneamento básico. **3**

**Mais de 2 milhões seguem perfil da Casa no Facebook **2****

**Trabalhadores apontam desmonte no setor público **4****

**Rádio Senado é finalista em prêmio de jornalismo **2****

# Para governo, país tem que avançar na defesa da mulher

Em audiência, representantes do Ministério da Saúde e da Secretaria de Políticas para as Mulheres listaram avanços, mas citaram que existem novos tipos de violência que devem ser enfrentados, como a obstétrica

ESPECIALISTAS LISTARAM ONTEM, em audiência da Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher, os avanços e desafios do governo no enfrentamento desse tipo de violência. As representantes da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e do Ministério da Saúde ressaltaram que o governo vem ampliando a rede de atendimento das mulheres vítimas de violência, mas ressaltaram que outras formas de violência foram surgindo com o tempo e hoje carecem de atenção, como a cibernética e a obstétrica.

Representante da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Sílvia Rita de Souza afirmou que a violência contra a mulher cresceu muito, com o Brasil ocupando o quinto lugar na lista dos países com maior taxa de assassinato de mulheres.

Ela explicou que a secretaria vem ampliando a atuação e tem o Programa Mulher, Viver sem Violência como carro-chefe. A iniciativa foi lançada em 2013 e está estruturada em seis eixos: implementação da Casa da Mulher Brasileira; ampliação da Central de Aten-

dimento à Mulher (Ligue 180); organização e humanização do atendimento às vítimas de violência sexual; implantação e manutenção dos centros de atendimento às mulheres nas regiões de fronteira seca; campanhas continuadas de conscientização; e criação de unidades móveis para atendimento a mulheres vítimas de violência no campo.

— Outro desafio é enfrentar a violência contra as mulheres considerando as especificidades: mulheres do campo, da floresta, indígenas, negras, refugiadas, com deficiência e lésbicas — disse.

Representando o Ministério da Saúde, Maria Esther Vilela destacou o papel da saúde no enfrentamento das situações de violência contra a mulher.

Segundo ela, os serviços de saúde podem ser o primeiro lugar que uma mulher em situação de violência procura.

— Portanto, o SUS [Sistema Único de Saúde] tem um papel fundamental na violência contra a mulher. Muitas vezes a mulher procura o serviço de saúde com múltiplas queixas e uma das funções do SUS é a identificação das diversas situações de violência que a mulher pode estar sofrendo.

Maria Esther ressaltou que o serviço de saúde também pode ser produtor da violência, por exemplo, com a violência obstétrica. Partos inadequados e violentos, cesáreas excessivas e desnecessárias são algumas das formas dessa violência.

— Precisamos atuar no ensino em obstetrícia — afirmou.



A presidente da comissão, senadora Simone Tebet, fala na audiência pública

## Casa amplia licença para servidora que adotar

Servidoras efetivas e comissionadas do Senado que adotarem um filho poderão tirar licença de até 120 dias consecutivos. O benefício, assim como o concedido às mães biológicas, poderá ser prorrogado por mais 60 dias sem prejuízo à remuneração. As regras estão previstas no Ato do Presidente do Senado 22/2016, que também dispõe sobre a prorrogação das licenças-maternidade e paternidade, equiparando os direitos dos servidores da Casa.

A norma se aplica a crianças de até 12 anos de idade incompletos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Pelo ato, os pais adotivos terão os mesmos direitos dos biológicos, cuja licença-paternidade pode ser

prorrogada por até 15 dias, passando de 5 para 20 dias de afastamento, conforme previsto na Lei 13.257/2016.

Segundo o coordenador de Pessoal Ativo, Deivid Mendonça, antes das mudanças, a servidora que adotasse ou obtivesse guarda judicial para fins de adoção teria direito à licença-maternidade, mas o prazo variava de acordo com a idade do filho. No caso de crianças com até 1 ano, a adotante poderia ter três meses de licença. Se o filho tivesse mais de 1 ano, seria um mês, prorrogáveis de acordo com as regras do Ato do Presidente 78/2008.

Mendonça observa que as novas regras garantem tratamento igualitário entre filhos biológicos e adotados,

considerando o princípio constitucional da igualdade e a proteção à primeira infância.

— Nesse sentido, já havia se manifestado o STF [Superior Tribunal Federal]. Entendeu-se que a legislação não pode prever prazos diferenciados para a concessão de licença-maternidade para gestantes e adotantes, embora tal decisão não gerasse um efeito vinculante para administração pública — disse.

Neste ano, até segunda-feira, 37 servidores do Senado foram beneficiados pelas novas regras de licença-paternidade e duas mães adotantes saíram em licença para cuidar dos filhos recém-chegados. Uma delas solicitou equiparação com a licença-maternidade e poderá ficar afastada por 180 dias.

## Esporte paralímpico será tema de palestra amanhã

O Mês do Servidor e da Servidora no Senado terá uma palestra do presidente do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), Andrew Parsons. Aberta ao público, a palestra “Motivação e superação no esporte paralímpico” acontecerá no Auditório Petrônio

Portella, amanhã às 15h. Formado em comunicação social pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Parsons é também vice-presidente do Comitê Paralímpico Internacional (IPC) e membro da Comissão da Coordenação dos Jogos Paralímpicos de Tóquio

2020. Em 1997, entrou para o Departamento de Comunicação da UFF. Em 2001, assumiu como secretário-geral do CPB, passando a presidi-lo em 2009.

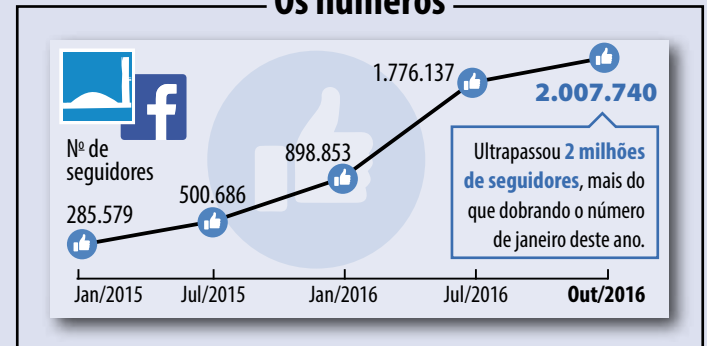
O comitê tem a missão de promover a universalização do acesso das pessoas com deficiência à prática esportiva.

## Senado já tem mais de 2 milhões de seguidores no Facebook

Neste mês, o perfil do Senado no Facebook superou a marca de 2 milhões de seguidores. Em janeiro de 2015, havia 285 mil seguidores. O crescimento no período

é superior a 600%. Criado em agosto de 2010 e gerenciado pelo Núcleo de Mídias Sociais da Secretaria de Comunicação Social, o perfil fornece informações sobre projetos, debates e votações.

### Os números



## Rádio Senado é finalista do Prêmio CNT de Jornalismo

A Rádio Senado está entre os cinco finalistas da categoria Rádio do 23º Prêmio CNT de Jornalismo 2016.

O trabalho que concorre ao prêmio da Confederação Nacional do Transporte (CNT) é a reportagem especial “O medo que anda de transporte público”, do jornalista Rodrigo Resende, com trabalhos técnicos de André Menezes.

A reportagem apresenta casos de violência nos mais diversos níveis no transporte público, do roubo de celular à agressão física.

O resultado será anunciado em novembro e a premiação será em 7 de dezembro.

A reportagem está disponível na página da Rádio Senado na internet ([www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio)).

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



- CI Presidência da Petrobras e BNDES**  
8h30 A comissão analisa as emendas à LDO 2017. Em seguida, discute o PLS 271/2015, que determina que a escolha dos presidentes do BNDES e da Petrobras dependam de aprovação prévia do Senado, e mais 4 itens.
- CRA Emendas**  
9h A comissão analisa emendas à LDO 2017.
- CAS Tratamento de câncer**  
9h A comissão analisa emendas à LDO 2017. Depois, faz audiência pública interativa para debater a importância da Lei 12.732/2012, que garante aos pacientes com câncer o tempo máximo de 60 dias para ter o tratamento iniciado no Sistema Único de Saúde.
- CDR Segurança em brinquedos**  
9h A comissão vota emendas à LDO 2017. Depois, pode analisar o PLC 159/2015, sobre segurança em brinquedos dos parques infantis em áreas de uso coletivo, e mais 13 itens.
- CE Avanços da educação**  
9h30 A comissão realiza audiência pública interativa para debater os avanços da educação no âmbito da Lei de Diretrizes e Bases.
- MP 742/2016 Voz do Brasil na Rio-16**  
10h Relatório da medida provisória que flexibilizou a transmissão da Voz do Brasil na Olimpíada.
- CCI Trabalho infantil como crime**  
10h A comissão pode votar o PLS 237/2016, que criminaliza o trabalho infantil, e mais 30 itens. Depois, emendas à LDO.
- PRESIDÊNCIA Ordem do dia**  
10h30 Renan Calheiros dirige reunião da Mesa; às 11h, ordem do dia; e, ao meio-dia, recebe reitora da Universidade Federal de Alagoas.
- MP 741/2016 Regras do Fies**  
10h30 Relatório da MP que muda o Fies.
- PLENÁRIO Privatizações nas elétricas**  
11h A MP 735/2016, que facilita privatizações no setor elétrico, está na pauta.
- MEDIDAS PROVISÓRIAS Eleição**  
11h/12h30 Eleição das comissões das MPs 744, sobre a EBC; 745, que autoriza o BC a adquirir papel moeda fora do país; 746, que alterou regras do ensino médio; e 747, sobre serviços de radiodifusão.
- CDH Pessoas desaparecidas**  
11h A comissão pode votar o PLS 667/2011, sobre cadastro de desaparecidos, e mais 18 itens. Após, emendas à LDO.
- SENADO DO FUTURO LDO 2017**  
11h30 A comissão vota emendas à LDO.
- CRE Tunísia e Irã**  
14h A comissão analisa emendas à LDO. Depois sabatina dois embaixadores.
- AGENDA BRASIL Jogos de azar**  
14h30 Na pauta, o PLS 186/2014, sobre a exploração de jogos de azar.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

# Congresso aprova liberação de verba para Fies

Crédito de R\$ 702,5 milhões será utilizado para quitar dívida atrasada do governo com bancos que oferecem o financiamento. Faculdades ameaçavam não renovar matrículas

O CONGRESSO NACIONAL aprovou ontem o PLN 8/2016, que libera um crédito extraordinário de R\$ 702,5 milhões do Orçamento da União para atender às despesas do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). O projeto agora vai para a sanção presidencial.

O pagamento do Fies às faculdades privadas está atrasado e há quase 2 milhões de alunos em situação irregular, segundo a Associação Brasileira de Mantenedoras do Ensino Superior.

De acordo com o Ministério da Educação, o dinheiro será utilizado para quitar a dívida do governo com a Caixa e o Banco do Brasil referente às taxas de administração dos contratos do Fies até dezembro de 2016.

Apesar de estar na oposição,

o PT defendeu a aprovação do projeto. O líder do partido no Senado, Humberto Costa (PE), disse que o Fies é um dos melhores programas implantados pelos governos dos ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff.

— Por intermédio dele, milhares de jovens que jamais teriam a oportunidade de entrar na universidade puderam estudar para depois fazer a restituição daquilo que foi gasto com juros baixos — explicou.

O PLN 8/2016 também destina R\$ 400,9 milhões para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O Enem é um instrumento de avaliação e seleção para o ingresso no ensino superior. As provas acontecem em 5 e 6 de novembro.



Renan Calheiros conduz sessão em que Congresso aprovou abertura de crédito extraordinário do Orçamento para Fies

## Créditos incluem R\$ 3 bi para inadimplência do país

O projeto de lei que autoriza R\$ 3 bilhões para o Brasil regularizar sua participação em organismos internacionais foi aprovado ontem pelo Congresso. Conforme o PLN 14/2016, são cerca de 50 organismos multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), a Organização Mundial do Comércio (OMC), a Organização dos Estados Americanos (OEA), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O projeto de lei segue para sanção presidencial. São contribuições obrigatórias ou voluntárias assumidas pelo governo para integrar os organismos.

Segundo o relator do projeto, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), o atraso no pagamento dessas contribuições prejudica a atuação do Brasil nos órgãos multilaterais. Em alguns casos, acrescentou, a inadimplência exclui o país de fóruns de decisão importantes. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) informou que, entre os diversos organismos que receberão recursos, estão entidades de direitos humanos, tráfego aéreo e meio ambiente.

— Precisamos colocar em dia, apagar essa vergonha que é a inadimplência junto a organismos internacionais — disse Aloysio.

### Judiciário

Na mesma sessão do Congresso, foram aprovados outros créditos. Um deles, o PLN 12/2016, abre créditos suplementares para vários órgãos do Poder Judiciário.

A proposta apresentada pelo Ministério do Planejamento

contempla o Superior Tribunal de Justiça; órgãos da Justiça Federal de 1º grau em São Paulo, Bahia e Espírito Santo; o Tribunal Regional Federal da 4ª Região; os Tribunais Regionais Eleitorais do Paraná, Espírito Santo e Pernambuco; os Tribunais Regionais do Trabalho de 17 regiões; e a Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

O crédito, no total de R\$ 187.864.849, destina-se ao cumprimento de despesas contratuais dos órgãos, conclusão de obras de construção e manutenção de instalações e à promoção de concursos públicos, entre outros fins.

### Saúde

Também foi aprovada a liberação de quase R\$ 59 milhões para os Ministérios da Saúde, do Trabalho e Previdência Social, e das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos. A maior parte dos recursos previstos pelo PLN 15/2016 vai para a pasta da Saúde.

São quase R\$ 50 milhões para apoiar os municípios de até 50 mil habitantes na elaboração dos planos municipais de saneamento básico. Os recursos serão usados também na perfuração de poços em comunidades rurais e na construção de sistemas simplificados de abastecimento de água em todos os estados da região do semiárido.

Para o Ministério do Trabalho e Previdência Social será destinado R\$ 1,84 milhão para capacitação de servidores. Já a pasta das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos receberá R\$ 7,42 milhões, que serão usados no atendimento de contratos já firmados.

Os Ministérios da Fazenda e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior obtiveram crédito suplementar no valor de pouco mais de R\$ 4,8 milhões. Quase a totalidade (R\$ 4,79 milhões) vai para o Ministério da Fazenda viabilizar o término da construção do edifício-sede do Banco Central em Salvador. O dinheiro também servirá para atendimento de despesas com auxílio-moradia dos servidores da Superintendência de Seguros Privados.

Já no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, o recurso de R\$ 57,5 mil vai para atender despesas como auxílio-moradia dos servidores no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi).

### Porto

O Congresso aprovou ainda a liberação de R\$ 2,1 milhões do Orçamento da União aos Ministérios da Defesa e dos Transportes, Portos e Aviação Civil. O Projeto de Lei do Congresso (PLN) 9/2016 vai agora à sanção.

Quase o total dos recursos, R\$ 2 milhões, será usado nas obras de construção e de instalação de um porto público de pequeno porte na cidade de Benjamin Constant, no Amazonas. Já os R\$ 100 mil restantes irão para o Ministério da Defesa arcar com despesas de auxílio funeral de empregados da empresa Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A. A empresa é responsável por desenvolver tecnologias ao Programa Nuclear Brasileiro e ao setor nuclear da Marinha nacional.

Os créditos extraordinários resultam de remanejamento de despesas do Executivo.

## Mantido veto ao reajuste da Defensoria Pública da União

O governo fez prevalecer sua maioria no Parlamento e conseguiu ontem manter três vetos presidenciais.

O veto que gerou mais polêmica foi o 37/2016, sobre o reajuste para a Defensoria Pública da União. Para o governo, o PLC 32/2016 apresentaria para os anos seguintes percentuais de aumento acima da inflação e muito superiores aos concedidos aos demais servidores federais.

Apesar da pressão dos defensores que lotaram a galeria do Plenário da Câmara, o veto foi mantido. A maioria dos deputados optou por derrubar o veto (225 a 117), mas, para que isso ocorresse, seriam necessários 257 votos. Os senadores só votariam se o veto tivesse sido derrubado.

Conforme a proposta vetada, haveria aumentos escalonados até 2018. O salário do defensor público-geral, por exemplo, chegaria a R\$ 33,7 mil em janeiro daquele ano.

O reajuste teria impacto nas demais categorias da carreira. O maior índice (67,03%) seria aplicado aos profissionais iniciantes, cujo subsídio iria dos atuais R\$ 17,7 mil para R\$ 28,9 a em 2018.

Também foi mantido o veto parcial sobre o PLC 38/2016. O projeto resultou na Lei 13.328/2016, que alterou a remuneração de servidores públicos de dezenas de carreiras. Trechos que criavam novos cargos, no entanto, foram barrados pela Presidência da República. O veto foi mantido por 225 votos a 53 e 1 abstenção.

Havia, por exemplo, a previsão de criação de cargos nos Ministérios da Educação e do

Planejamento, no Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), no Dnit, nas Polícias Federal e Rodoviária Federal.

Ao justificar o veto, Michel Temer alegou que não há previsão de novos concursos em curto prazo, portanto não há necessidade de criação das carreiras neste momento.

Além disso, alegou, o Ministério do Planejamento, está analisando os cargos e carreiras do Executivo federal para avaliar a real necessidade de ajustes ou de criação de novos postos de trabalho.

Os parlamentares também analisaram o veto sobre partes da Lei 13.329/2016, que foi mantido com o apoio de 27 senadores. Foram pela derrubada 23 senadores.

A norma criou o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento do Saneamento Básico (Reisb), um programa criado para estimular empresas do setor a aumentar o volume de investimentos por meio de créditos tributários.

O trecho vetado permitia que essas empresas ganhassem descontos nas suas contribuições para o Programa de Integração Social (PIS), o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).

Segundo o Executivo, essa concessão criaria renúncia de receitas por um prazo maior do que cinco anos, o que é proibido pela Lei de Responsabilidade Fiscal — o Reisb tem vigência até 2026. Além disso, segundo o governo, a medida comprometeria o esforço de ajuste fiscal.

# MP que muda benefícios do INSS passa a tramitar

Comissão especial aprovou relatório favorável a que o Congresso analise a medida provisória que cria uma série de exigências para concessão de auxílios e pensões

A COMISSÃO ESPECIAL que analisa a Medida Provisória (MP) 739/2016 aprovou ontem o relatório do deputado Pedro Fernandes (PTB-MA) sobre a proposta, que cria uma série de exigências para a concessão de benefícios pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e estabelece a revisão de alguns deles.

A aprovação, no entanto, foi precedida de muita discussão, com vários deputados lamentando que suas emendas não tenham sido aceitas. O deputado Mandeta (DEM-MS) pediu uma reflexão sobre as novas exigências para o salário-maternidade. A deputada Carmen Zanotto (PPS-SC) questionou a perda de direitos de gestantes e vítimas de acidente de trabalho. O deputado Pedro Uczai (PT-SC) criticou a MP, dizendo que o ajuste fiscal não deve ser pago pelas classes menos favorecidas.

— Os mais pobres são os que mais perdem os empregos e agora vão perder seus direitos?

A líder do governo no Congresso, senadora Rose de Freitas (PMDB-ES), sugeriu que fossem apresentados destaques de Plenário para os itens considerados mais sensí-



A MP gerou debates na comissão, presidida por Garibaldi, e reclamações por emendas não terem sido aceitas pelo relator

veis, como as novas exigências para salário-maternidade ou auxílio-doença. A senadora argumentou que uma única MP não resolve os problemas nem acaba com todas as insatisfações. Ela ainda anunciou que vai buscar uma reunião com o Ministério do Planejamento para tratar das demandas de deputados e senadores em relação à MP.

## Medidas

A MP estabelece a revisão do auxílio-doença e da aposentadoria por invalidez concedi-

dos pelo INSS. A fiscalização deverá ser feita em benefícios concedidos tanto por via administrativa como judicial. O objetivo é apurar possíveis irregularidades, sobretudo após auditorias do Tribunal de Contas da União (TCU) terem revelado que grande número de beneficiários não passa por perícias médicas há mais de dois anos. Estão isentos os beneficiados com 60 anos ou mais ou quando decorridos dez anos da data de concessão do benefício.

A MP determina também

que a concessão do auxílio-doença seja por prazo determinado, nos casos em que for possível prever. Caso não haja previsão de término, o auxílio terá duração de 120 dias, devendo a sua prorrogação ser requerida pelo segurado. O governo argumenta que a despesa somente com o auxílio-doença atingiu R\$ 23,2 bilhões em 2015, quase o dobro do que foi gasto em 2005 — R\$ 12,5 bilhões. Com relação à aposentadoria por invalidez, as despesas quase triplicaram em uma década,

passando de R\$ 15,2 bilhões em 2005 para R\$ 44,5 bilhões no ano passado.

A MP também altera as regras para o auxílio-reclusão, que agora corresponderá a 70% do valor da aposentadoria que o segurado teria direito se estivesse aposentado por invalidez. Haverá também uma carência de 18 meses para o benefício. Hoje a carência é de apenas um mês de contribuição e o benefício, integral.

## Carências

Quem, por algum motivo, perder a condição de segurado e depois se filiar novamente à Previdência Social terá de contribuir 12 meses para ter direito ao auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez. A legislação atual estabelece quatro meses. Também haverá carência de dez meses para o salário-maternidade. De acordo com o relator, esse período hoje é de apenas três meses.

Com a MP, o governo espera economizar até R\$ 6,3 bilhões por ano.

A reunião foi presidida pelo senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e a MP segue agora para análise da Câmara dos Deputados.

## Audiência alerta para ataques aos trabalhadores

Sindicalistas e parlamentares contestaram as propostas de privatização de empresas públicas e o fim de contratações por parte do governo federal durante audiência pública da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) realizada ontem.

Os convidados alertaram para o possível desmonte dos bancos públicos e privatização da Petrobras, dos Correios, da Infraero e de empresas do setor elétrico, o que, para eles, ocasionaria aumento do desemprego e piora nos serviços públicos.

O presidente da Federação das Associações dos Empregados da Caixa Econômica Federal, Jair Ferreira, criticou a proposta de fusão entre o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Segundo ele, a fusão prejudicaria o atendimento dos programas sociais e o desenvolvimento das pequenas empresas.

— O que estamos vendo hoje é um desmonte das políticas públicas. Quando defendemos essas empresas é porque sabemos o que elas representam para a sociedade brasileira e para o trabalhador. Mas quem defende o trabalhador, o emprego? Se não tiver emprego para a sociedade e



Sindicalistas e parlamentares participaram do debate, coordenado por Paim (C)

desenvolvimento econômico, a tendência é o encolhimento e o empobrecimento. E não é esse o papel do Estado e das empresas públicas — criticou.

## Alerta

O presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), se disse alarmado.

— Estou aqui há 30 anos, fui constituinte e nunca vi tanta covardia contra a nossa gente. Só para exemplificar, aqui no Congresso temos o projeto de regulamentação do trabalho escravo, da terceirização e do negociado sobre o legislado, além da PEC 241 e das propostas de reformas previdenciária e trabalhista. O povo brasileiro precisa acordar para essa triste realidade — ressaltou.

Durante a audiência foi lançada a campanha “Se é público

é para todos”, em defesa das empresas e serviços públicos. Maria Rita Serrano, coordenadora do Comitê Nacional em Defesa das Empresas Públicas, afirmou que “as empresas públicas servem à sociedade de modo geral, mas atendem principalmente às camadas da população que precisam de políticas públicas, que precisam do Estado”.

A iniciativa foi elogiada por parlamentares, sindicalistas e intelectuais presentes no debate. A deputada Erika Kokay (PT-DF) participou do debate e exaltou a campanha.

— Se é público é para todos. E este Brasil tem que ser para todos, e não apenas para aqueles que sempre se locupletaram da riqueza desta nação em detrimento do povo brasileiro.

## Comissão aprova Lei de Acesso à Informação para segurança

A Comissão de Transparência e Governança Pública (CTG) aprovou ontem o projeto que cria a Lei de Acesso à Informação na Segurança Pública. A proposta é da Comissão Parlamentar de Inquérito do Assassinato de Jovens e define os procedimentos dos órgãos de segurança pública da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em relação à transparência de dados e à prestação de contas sobre sua atuação.

Pela Lei de Acesso à Informação, o acesso aos dados é a regra e o sigilo só se justifica em situações definidas por lei. Não é necessário apresentar uma motivação específica e o fornecimento das informações deve ser gratuito,

salvo custos de reprodução. A ideia é adotar esses parâmetros a informações ligadas à segurança pública.

O relator do projeto (PLS 241/2016), Cristovam Buarque (PPS-DF), apresentou substitutivo para melhorar a técnica legislativa e aumentar o prazo para a lei entrar em vigor: 90 dias após a publicação. Segundo o senador, “é preciso mais tempo para que os órgãos de segurança pública possam cumprir as exigências da norma, que estabelece a obrigatoriedade de relatórios detalhados sobre as ações das forças de segurança”.

O projeto agora segue para análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).



Paulo Bauer, presidente da CTG, e João Capiberibe, vice, dirigem sessão

Projeto prevê de suspensão temporária até cancelamento do serviço telefônico para quem fizer falsa comunicação de ocorrência em serviços como polícia e bombeiro

# Comissão aprova punição por trote telefônico

O PAÍS PODE passar a contar com legislação para coibir os trotes telefônicos direcionados aos serviços públicos, de emergência ou não. Esse é o objetivo do projeto aprovado ontem pela Comissão de Ciência, Tecnologia e Comunicação (CCT).

De acordo com o PLS 763/2015, pessoas que usarem o telefone para comunicar falsas ocorrências à polícia e ao Corpo de Bombeiros, entre outros órgãos, ficarão sujeitas a punições, que vão desde a suspensão temporária até o cancelamento definitivo do serviço de telecomunicação, além do pagamento de multa de R\$ 500 por infração.

A proposta é do senador licenciado Acir Gurgacz (PDT-RO) e dos senadores Lasier Martins (PDT-RS) e Paulo Rocha (PT-PA). Segundo os autores, a estimativa é de que os trotes representem de 20% a 70% do total de chamadas recebidas, a depender do serviço. Essas ligações podem gerar danos da ordem de R\$ 1 bilhão por ano ao país, além de provocar graves transtornos.

“Enquanto os atendentes estão ocupados com a ligação falsa, alguém que realmente necessita do atendimento de emergência fica impedido de ligar para o serviço e sua vida pode acabar colocada em risco”, afirmam os senadores na justificativa do projeto.

Eles optaram por enfrentar o problema apenas com regras e sanções



Lasier Martins, presidente da comissão: trote só irá à esfera penal quando prejudicar atendimento

administrativas, via alterações na Lei Geral de Telecomunicações, no lugar de propor medidas penais aplicáveis por meio do sistema judiciário. Segundo os autores, a resposta penal é morosa e muitas vezes resulta numa pena que pode, ao final, não se revelar adequada para a correção de rumos.

## Danos a pessoas

O projeto traz um dispositivo que obriga a comunicação às autoridades policiais dos casos em que a prática do trote tenha provocado o agravamento de saúde de pessoa que ficou sem atendimento. Nesse caso, a partir do inquérito policial e da denúncia à

Justiça, o infrator poderá responder a sanções na esfera penal.

Na ausência do relator, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o relator ad hoc, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recomendou a aprovação da proposta com ajustes de redação. Segundo ele, diante dos transtornos decorrentes dos trotes, medidas para coibir a prática são necessárias e urgentes.

A proposta seguirá para a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para decisão terminativa, que dispensa a votação em Plenário, necessária apenas se for apresentado recurso com esse objetivo.

Também foi aprovada a realização de

audiência pública, proposta por Eduardo Amorim (PSC-SE), para instruir a análise do PLS 167/2014, de Roberto Requião (PMDB-PR). A matéria autoriza o armazenamento eletrônico dos prontuários médicos dos pacientes e determina a responsabilidade sobre a guarda, o manuseio e a produção de softwares específicos para isso.

— É a modernidade. Os processos judiciais já são do mundo eletrônico. Na saúde, de modo geral, não poderia ser diferente. Hoje até diagnóstico se faz a distância — justificou Eduardo Amorim.

## Radiodifusão

Outra proposta aprovada foi o pedido de manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) sobre a interpretação de dispositivo da Constituição para orientar a votação dos atos de outorga e renovação de concessões, permissões e autorizações para a exploração de serviços de radiodifusão.

O autor, senador Lasier Martins (PDT-RS), questionou se as vedações impostas pelo artigo 54 da CF alcançam deputados estaduais, deputados distritais e vereadores e se é lícito a parlamentar participar da composição de empresas de radiodifusão na condição de sócio cotista ou acionista, ainda que de forma minoritária.

## Projeto amplia uso de recursos de fundo de apoio a tecnologia

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o Projeto de Lei do Senado (PLS) 547/2011, que aprimora a legislação que rege o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT). O texto amplia a possibilidade de uso dos recursos, impõe a discriminação das receitas do fundo e a identificação de suas origens, especialmente daquelas decorrentes de operação de crédito e aporte de capital. O objetivo é tornar mais transparente a apuração dos sistemas de gestão e controle. A proposta vai agora para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), onde terá decisão final.

O projeto possui medidas para assegurar a sustentabilidade do fundo, como o piso orçamentário e a destinação específica de recursos obtidos do retorno das modalidades reembolsável e de aporte de capital (direto e indireto). Além disso, o texto substitui o conceito de empresa de propósito específico (EPE) pelo conceito de empresa inovadora, que é mais abrangente e amplia a possibilidade de investimento direto. O autor, Lindbergh Farias (PT-RJ), entende que a legislação, quando trata do conceito de EPE, não

o faz de maneira restritiva, mas ilustrativa. O conceito de empresa inovadora já é utilizado na Lei 11.540/2007, alterada pelo projeto, mas sem especificação clara.

A proposta foi relatada por Pedro Chaves (PSC-MS), que substituiu Cristovam Buarque (PPS-DF), relator original do projeto. Chaves apresentou substitutivo sugerindo modificação para evitar um potencial deslocamento de recursos das pesquisas em universidades para as realizadas em empresas. O projeto original determina que o montante anual das operações na modalidade de aplicação “reembolsável” — que é a principal forma de captação de recursos por empresas — passe a ser de no mínimo 25% e não fique limitado ao máximo de 25% das dotações consignadas ao FNDCT na lei orçamentária anual.

A alteração proposta por Chaves determina que as operações “reembolsáveis e as de aporte de capital” sejam submetidas a teto de 50% das dotações no Orçamento ao FNDCT. Ele explicou que, com isso, garante-se a outra metade para a modalidade “não reembolsável”, que contempla universidades e institutos de pesquisa.

## Rodovia na Amazônia é tema de debate em Manaus

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado realizou ontem, em Manaus, o Seminário BR-319, Um Caminho para o Futuro — desafios econômicos, sociais e preservação do meio ambiente. Os participantes discutiram os entraves que ainda persistem para a pavimentação da maior parte da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho.

O evento reuniu representantes da sociedade e órgãos públicos que atuam diretamente no processo do licenciamento, liberação e obras de recuperação total da BR-319. A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) destacou que, no ano passado, o Amazonas obteve uma grande conquista: a licença para a rodovia receber permanentemente obras de manutenção, mantendo-a assim trafegável.

— Isso se limita apenas à manutenção. Ainda não se

pode asfaltar nenhum trecho e construir nenhuma ponte que não seja de madeira. Agora estamos lutando para que aconteça a repavimentação da BR. Havia um prazo até o fim desse ano para o Dnit entregar a complementação do estudo de impacto ambiental, mas houve pedido de novo prazo e o estudo deve ser apresentado no início do ano que vem.

O procurador do Ministério Público Federal do Amazonas (MPF-AM), Rafael da Silva Rocha, afirmou que o MPF está atento para que seja cumprida a legislação e que a pavimentação da BR-319 aconteça o mais rápido possível.

## Polo industrial

A superintendente da Suframa, Rebecca Garcia, destacou a iniciativa de Vanessa Grazziotin em debater o tema da BR-319 e acredita que a trafegabilidade da rodovia vai

contribuir ainda mais para o desenvolvimento do Polo Industrial de Manaus (PIM).

“É prejudicial para o polo o desmatamento, mas todas essas questões já foram discutidas e garantidas durante todos esses anos. A BR-319 será um ganho significativo para a integração do nosso estado. O empresário pode e merece ter a alternativa de levar os seus produtos pela rodovia ou pelas hidrovias, que também nos garantem bastante competitividade. O PIM merece uma alternativa de transporte — defendeu a superintendente.

A diretora de Licenciamento Ambiental do Ibama, Rosemirian Hoffman, explicou que o processo de licenciamento da BR-319 deve ser concluído até o próximo mês.

— O processo se encontra na fase de termo de referência emitido e aguardando a entrega dos estudos de impactos ambientais. O prazo de validade de referência é até novembro. Não é o Ibama que coloca prazo para que o estudo seja entregue, mas sim o empreendedor licenciado. O que está sendo feito é uma elaboração dos estudos com propostas para que o tornem viáveis. Caberá ao Ibama avaliar se é viável ou não. O empreendedor é o Dnit — afirmou.



Vanessa Grazziotin, entre os debatedores: obras aguardam estudo ambiental

Em audiência pública na Comissão Mista de Mudanças Climáticas, especialistas consideraram que as emissões apresentadas pelo Brasil foram subestimadas e precisarão ser ajustadas nos próximos anos

# Metas do Acordo de Paris são irreais, aponta debate

A COMISSÃO MISTA Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) promoveu audiência ontem sobre a participação brasileira no Acordo do Clima de Paris, que visa reduzir as emissões de gases do efeito estufa e conter o aumento da temperatura média global. Os convidados falaram sobre a possibilidade de ajustar as metas brasileiras nos próximos anos.

Ao ratificar o acordo na quarta-feira passada, o Brasil se comprometeu a reduzir em 37% as emissões de gases estufa até 2025 (em relação ao montante registrado em 2005) e em 43% até 2030. Os demais 194 países signatários também estabeleceram metas próprias. O conjunto dos esforços internacionais visa conter o aquecimento global, limitando o aumento da temperatura do planeta nos próximos anos em 2 °C.

## Pouca contribuição

O secretário-executivo do Observatório do Clima — fórum de 40 ONGs brasileiras que lidam com questões ambientais —, Carlos Rittl, observou que, segundo uma nova metodologia de aferição, as emissões brasileiras foram subestimadas. Dessa forma, se mantidos os objetivos percentuais do Acordo de Paris, o país não contribuirá com uma redução significativa.

— Nossa conta com o clima é maior do que a gente imaginava. Se aplicarmos apenas o percentual de redução, considerando o que foram as nossas emissões de fato, podemos inferir que o Brasil “ganhou uma licença” para emitir milhões de toneladas a mais. É necessário um esclarecimento.

## Novo método

Segundo os dados considerados para elaboração das metas, o Brasil emitiu, em 2005, 2,1 bilhões de toneladas de gases estufa. No entanto, de acordo com a metodologia apresentada por Rittl, foram 2,8 bilhões de toneladas — 33% a mais. Os percentuais de redução, se aplicados sobre o número considerado pelo Acordo de Paris, levariam o país a patamares de 1,3 bilhão e 1,2 bilhão de toneladas de gases em 2025 e 2030, respectivamente. Os mesmos percentuais aplicados sobre o número atualizado resultariam em 1,8 bilhão e 1,6 bilhão de toneladas, efetivamente permitindo ao Brasil emitir mais gases poluentes do que o necessário para cumprir os objetivos do tratado.

Rittl pediu que, em vez de estabelecer objetivos percentuais de redução, o Brasil passe a adotar uma meta absoluta de emissões nos anos-base do Acordo de Paris. Dessa forma, o país garantiria a sua parte da

cooperação internacional independentemente da métrica para aferir a sua atual pegada de carbono. Ele afirmou ser possível demonstrar que o país pode alcançar essas metas sem esforços.

— Temos um conforto para fazer ajustes na meta agora sem acrescentar qualquer ação e sem nenhum constrangimento perante a comunidade internacional.

## Transparência

As metas do Acordo de Paris entrarão em vigor apenas em 2020. Até lá, no entanto, os países signatários podem rever e alterar por iniciativa própria os seus compromissos.

O chefe da Divisão de Mudança do Clima do Itamaraty, Luiz de Andrade Filho, disse que o acordo é um “diálogo permanente” na comunidade internacional. Ele reconheceu possíveis mudanças, mas observou que dependem de regras que estão sendo discutidas.

Andrade disse também que o cumprimento das metas dos países será verificado a partir de mecanismos de transparência que ainda estão sendo regulamentados. O Brasil, segundo ele, foi um dos países mais ativos no estabelecimento de regras rígidas de transparência e accountability.

Cristovam Buarque (PPS-DF), vice-presidente da comissão, presidiu a audiência e questionou a viabilidade de cumprir as metas, sejam atuais ou futuras, sem mudanças nos padrões de consumo da sociedade.

Após a audiência, a comissão votou requerimentos do presidente, deputado Daniel Vilela (PMDB-GO). Um deles convida Roberto Schaeffer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para debater a insuficiência das metas brasileiras no Acordo de Paris. O segundo incluía Carlos Rittl na audiência de ontem.



Eduardo Sanovicz, da Abear, fala em audiência presidida por Pedro Chaves (C)

## Desregulamentação de serviços aéreos domina audiência pública

Representantes da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), da Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e da Associação Internacional de Transporte Aéreo (Iata) defenderam ontem que as empresas de aviação tenham liberdade para definir políticas de cobrança por serviços aéreos.

O encontro ocorreu na comissão que discute a atualização do Código Brasileiro de Aeronáutica (PLS 258/2016) e o tema mais tratado foi a desregulamentação sobre a cobrança à parte de serviços como o traslado de bagagens, tarifas de conexão, escolha de assentos e check-ins.

O superintendente de Acompanhamento de Serviços Aéreos da Anac, Ricardo Bisinotto defendeu a desregulamentação das franquias de bagagem.

— Desregulamentar não é acabar com as franquias. Haverá empresas que continuarão praticando franquias e haverá empresas que poderão atender um consumidor que hoje não é atendido.

## Preço mais baixo

Para o presidente da Abear, Eduardo Sanovicz, o fim desse tipo de regulamentação levará ao barateamento no preço médio das passagens, fazendo multiplicar a oferta de voos de baixo custo.

— Esse foi o principal fator que permitiu que os passageiros por ano passassem de 22 milhões pra 100 milhões. É a hora de darmos o salto para 200 milhões, por meio da desregulamentação dos serviços para as empresas.

O gerente de Campanhas

da Iata no Brasil, Paulo Costa, defendeu que o código preveja maior desregulamentação possível neste tipo de prestação de serviços, acompanhando alterações adotadas por países como Austrália, África do Sul e China.

## Querosene

Paulo Rocha (PT-PA) defendeu que o código, relatado por José Maranhão (PMDB-PB), concilie direitos já adquiridos pelos consumidores, como no caso das franquias de bagagens, com outras demandas das empresas que buscam baratear as passagens.

Ele citou o caso da alta tributação do ICMS sobre o querosene de aviação, o que mais impacta nas tarifas, defendendo que o Senado busque um acordo com os governos estaduais.

## Consumidor

Para a presidente da Comissão Especial de Defesa do Consumidor da OAB, Marié Miranda, a Anac está mais ligada à defesa das empresas que dos clientes. Ela citou resoluções recentes da agência que, no seu entender, desrespeitam os Códigos Civil e de Defesa do Consumidor.

Marié criticou a tentativa de incluir no novo código um prazo menor para que o cliente se arrependa da compra de uma passagem sem ônus para ele, fruto de uma resolução recente da Anac. A advogada vê com ressalvas a desregulamentação dos serviços, citando que a Gol passou a cobrar pelos alimentos nos voos e isso não se reverteu em diminuição no preço das passagens.



Presidindo o debate, Cristovam (2º à dir.) questionou os padrões de consumo

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer  
**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Diretor-adjunto:** Sílvio Burle  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Site:** www.senado.leg.br/noticias

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Reconhecimento de rodeio e vaquejada divide senadores

Para defensores da proposta, é importante transformar atividades em patrimônios culturais. Para críticos, trata-se de maus-tratos de animais

A DISCUSSÃO DO projeto de lei que reconhece o rodeio e a vaquejada como manifestações culturais nacionais e patrimônios culturais imateriais (PLC 24/2016) gerou discordância ontem na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Na vaquejada, dois cavaleiros tentam derrubar um boi puxando-o pelo rabo. No rodeio, o competidor tenta permanecer montado num boi ou num cavalo bravo.

O relator da proposta, senador Otto Alencar (PSDB-BA), afirmou que a relevância do rodeio foi reconhecida pela Lei 10.220/2001, que instituiu normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a atleta profissional, e pela Lei 10.519/2002, que estabelece uma série de medidas que protegem os animais participantes, a exemplo de assistência médico-veterinária, transporte adequado e utilização de apetrechos que não causem ferimentos.

Segundo o senador, no que se refere à vaquejada, além das leis estaduais que tratam do tema, há uma preocupação



Otto Alencar, relator da proposta, conversa com Anastasia, que pediu vista

em garantir a segurança dos animais por meio de práticas como a utilização exclusiva de bois adultos, o uso de cauda artificial, a abolição de esporas e tacas e a disposição de três palmos de areia lavada no local das provas, para amortecer a queda dos animais.

## Desemprego

Otto recebeu críticas na internet por defender o projeto. Ele respondeu que, se os maus-tratos dos animais forem considerados um impeditivo para a aprovação da proposta, outros esportes ou práticas também deveriam sê-lo, como o hipismo e a castração de animais sem anestesia.

O relator argumentou ainda que a proibição da vaquejada e do rodeio deixaria 600 mil desempregados no país.

O senador Antonio Anas-

tasia (PSDB-MG) disse ser contra o projeto e pediu vista para elaborar um voto em separado. O senador Cristovam Buarque (PPS-DF) também se manifestou contra e disse que as manifestações ou práticas que maltratam os animais precisam ser todas revistas.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) e o senador Roberto Muniz (PP-BA), por outro lado, manifestaram-se favoráveis ao projeto e afirmaram que a regulamentação da vaquejada é diferente do seu reconhecimento como manifestação cultural ou patrimônio imaterial.

Após o pedido de vista de outros senadores, o presidente da CE, senador Romário (PSBRJ), decidiu conceder vista coletiva da proposta. Após passar pela comissão, o projeto ainda precisará ser votado pelo Plenário do Senado.

# Blumenau pode ganhar título de Capital da Cerveja

Conhecida pela Oktoberfest, festa de origem alemã, Blumenau (SC) pode receber o título de Capital Nacional da Cerveja. É o que estabelece o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 39/2016, que foi aprovado ontem pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e agora vai para o Plenário do Senado.

Do deputado federal Décio Lima (PT-SC), que destacou a importância da proposta para contribuir para o turismo e o desenvolvimento da indústria e da cultura cervejeira na região, o projeto de lei teve como relator o senador Da-

lirio Beber (PSDB-SC).

Dalirio argumentou que a Oktoberfest, além de promover a integração regional, tornou-se uma festa nacional, o que provocou o surgimento de atividades econômicas e turísticas de grande expressão para o estado.

— Hoje temos em Blumenau o único curso superior em cerveja e malte na América Latina. De fato, Blumenau procurou se esmerar para ser vanguardista na produção de cervejas artesanais — disse.

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) se absteve de votar

por ser contrária à propaganda de bebida alcoólica:

— Me sinto impedida de votar porque eu acho que ela é contraditória com o tema educacional. A Comissão de Educação aprovar um título de capital da cerveja não é um sinal educacional positivo. Não quero dizer que sou contra o consumo da bebida, mas sou contra a propaganda.

Para Marta Suplicy (PMDB-SP), é preciso ver essa questão de forma mais ampla e não deixar o “politicamente correto” atingir as manifestações culturais.

# Consultoria do Senado debate impactos do Uber

Para contribuir com o debate sobre o Uber, a Consultoria do Senado publicou um estudo sobre os aspectos legais e econômicos do serviço de transporte. Autor do estudo, o consultor Túlio Leal argumenta que, se o Congresso entender que o Uber atende o interesse público, os parlamentares deveriam alterar a legislação para evitar práticas anticoncorrenciais e

oferecer uma base legal para que os municípios organizem o transporte de passageiros.

Quem apoia a proibição do Uber diz que ele está em desacordo com a Lei 12.468/2011, que regulamenta a profissão de taxista. Os defensores citam a Lei 12.587/2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, segundo a qual a exclusividade dos

taxistas se limitaria ao transporte público individual, enquanto o Uber seria transporte privado individual. O Senado estuda dois projetos que regulamentam o aplicativo: o PLS 530/2015, de Ricardo Ferraço (PSDB-ES), e o PLS 726/2015, de Lasier Martins (PDT-RS).

Acesse o estudo: <http://bit.ly/estudouber>

# Comissão aprova projeto que estimula venda de carros elétricos

O consumidor que comprar um carro elétrico poderá ganhar o direito a um bônus equivalente à parcela do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) que cabe ao governo federal. A medida consta do substitutivo de Paulo Rocha (PT-PA) a um projeto de Eduardo Amorim (PSC-SE) aprovado ontem na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

A proposta (PLS 415/2012) determina que o benefício seja concedido na compra de automóveis novos equipados com motor acionado exclusivamente por energia fornecida por baterias recarregáveis na rede elétrica e limita o bônus a no máximo R\$ 20 mil. A proposta agora vai para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O projeto prevê que o consumidor receberá o bônus até o final do ano subsequente à aquisição do veículo. Ele também poderá utilizar o valor para pagar impostos federais. Caso tenha débito inscrito na Dívida Ativa da União, o bônus deverá ter de ser utilizado no pagamento da dívida. O texto estabelece que a medida tenha vigência de cinco anos.

Na ausência de Rocha, o substitutivo foi apresentado na CMA por Jorge Viana (PT-AC), que assumiu a relatoria. Viana apontou vantagens ambientais no uso de veículos elétricos, como a redução das emissões de gases poluentes. Ele, no entanto, questionou a pertinência de projetos que impliquem renúncia fiscal.

— São matérias importantes, mas delicadas frente ao momento que o país vive. Do ponto de vista ambiental, não há divergência, temos o propósito da redução de emissões, mas a matéria deve ser debatida na CAE.

A opinião foi compartilhada por Ataídes Oliveira (PSDB-TO) e Aloysio Nunes (PSDB-SP).

O projeto original elimina o imposto cobrado no desembaraço aduaneiro para veículos de países do Mercosul. Rocha discordou desse ponto por considerar que a isenção dada aos fabricantes não garantirá a redução de preço ao consumidor. Ele também modificou o texto para evitar a perda de arrecadação de estados e municípios, limitando o benefício à parcela do IPI que cabe ao governo federal.



Viana, relator do projeto, fala ao lado de Flexa Ribeiro e Vanessa Grazziotin

# Senadores pedirão ajuda do TCU para avaliar ações contra desmate

A Comissão de Meio Ambiente (CMA) aprovou ontem o plano de trabalho para avaliar a política de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia. Entre as ações previstas está a solicitação de auditorias ao Tribunal de Contas da União (TCU) para avaliar os resultados.

O plano de trabalho, apresentado por Jorge Viana (PT-AC), prevê a realização de audiências públicas e a análise de estudos. Também está prevista a visita dos senadores a um município onde foram implantadas atividades produtivas sustentáveis.

Viana lembrou que a política de prevenção e controle de desmatamento da Amazônia teve início em 2004:

— Naquele ano, o Brasil era um dos maiores emissores de gases de efeito estufa e tinha

um dos maiores desmatamentos de floresta tropical do mundo.

A política teve três eixos: ordenamento fundiário e territorial, monitoramento e controle ambiental e fomento a atividades produtivas sustentáveis. As ações terminaram em 2015.

— É mais que apropriado que façamos a revisão dessa política pública e um debate apresentando uma nova para sucedê-la — completou.

Viana citou dados segundo os quais as ações de prevenção e controle dos últimos 11 anos resultaram em significativa queda do desmate.

O presidente da CMA, Otto Alencar (PSDB-BA), elogiou o plano. Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) citou a importância de se enfrentarem os problemas da Amazônia.

# Comissões aprovam emendas ao Orçamento

Com remanejamentos e solicitação de recursos para áreas como educação e compensação a estados exportadores, começou ontem a fase de mudança da proposta de 2017

A ETAPA DE votação das emendas de comissões ao projeto de lei do Orçamento de 2017 começou ontem. Cinco comissões permanentes da Casa e três mistas (com participação de senadores e deputados) conseguiram aprovar suas emendas à proposta enviada pelo Executivo. Elas serão submetidas à Comissão Mista de Orçamento (CMO), que possui relatorias setoriais para examiná-las.

Hoje mais oito comissões permanentes do Senado devem votar as emendas ao projeto da Lei Orçamentária Anual para o ano que vem, encaminhando-as à CMO.

Na reunião da Comissão de Educação (CE), foi aprovado o relatório de Roberto Muniz (PP-BA) favorável a quatro emendas, com recursos à educação básica, à educação profissional e tecnológica, à cultura e ao esporte. A primeira delas destina R\$ 869 milhões ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação, para o apoio à educação básica. A segunda concede R\$ 200 milhões para o MEC fomentar o desenvolvimento da educação profissional e tecnológica.

A terceira reserva R\$ 405,7 milhões ao Fundo Nacional de Cultura, do Ministério da Cultura, para projetos audiovisuais específicos. A última emenda prevê R\$ 650 milhões para a implantação e modernização de infraestrutura para o esporte educacional, recreativo e de lazer, ação do Ministério do Esporte.

## Meio ambiente

Já a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) aprovou quatro emendas ao projeto da Lei Orçamentária para 2017, no valor R\$ 414 milhões, beneficiando a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), o Ministério Público Federal, a Marinha e o Tribunal de Contas da União (TCU).

A maior fatia dos recursos, R\$ 300 milhões, pode ser destinada para a Codevasf aplicar em ações de recuperação e preservação da Bacia do Rio São Francisco. Ao Ministério Público foram direcionados R\$ 100 milhões, para reforçar ações de fiscalização realizadas pelo órgão. Para criar o Centro de Preservação Ambiental em Cabo Frio (RJ), a CMA destinou R\$ 7,4 milhões para a Marinha. Para o TCU, estão previstos R\$ 6,5 milhões, que devem ser aplicados na aquisição de imóvel para a



Edilson Rodrigues/Agência Senado



Marcos Oliveira/Agência Senado

Relatório de Muniz previu verbas para Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, e Kátia Abreu aceitou valor para auxiliar estados exportadores

Secretaria de Controle Externo na Paraíba.

## Exportação

Uma emenda aprovada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ao PLN 18/2016 pretende garantir R\$ 1,9 bilhão para o auxílio financeiro aos estados exportadores. A proposta de Lúcia Vânia (PSB-GO) foi aceita pela relatora, Kátia Abreu (PMDB-TO).

De acordo com a Resolução 1/2006, do Congresso Nacional, todas as comissões permanentes da Câmara dos Deputados e do Senado podem apresentar até oito emendas de texto ou de apropriação — acrescentam ou incluem dotações e, simultaneamente, anulam valor equivalente proveniente de outras dotações — ao projeto de lei do Orçamento. O conteúdo deve estar relacionado à área de competência de cada comissão.

Nessa fase de emendamento pelo Congresso, além das comissões, as bancadas estaduais também apresentam emendas coletivas. Cada parlamentar tem direito a apresentar emendas individuais.

## Comércio exterior

Outra emenda aprovada pela CAE destina R\$ 150 milhões à manutenção, ao desenvolvimento e à modernização de sistemas informatizados de comércio exterior. De autoria de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), a emenda deverá viabilizar, na prática, um portal único de comércio exterior, em substituição aos atuais 17 portais que tratam desse tema no âmbito governamental.

A iniciativa foi saudada pelos senadores Armando Monteiro (PTB-PE), Hélio José (PMDB-DF), Waldemir Moka (PMDB-MS) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Também foi aprovada pro-

posta de Kátia Abreu que visa garantir R\$ 100 milhões à promoção do desenvolvimento de pequenas e microempresas. Essa emenda teve apoio também de Hélio José, Lúcia Vânia, Waldemir Moka, Raimundo Lira (PMDB-PB) e Marta Suplicy (PMDB-SP).

Os senadores da CAE ainda aprovaram uma emenda no valor de R\$ 34 milhões para apoio financeiro à Fundação Getúlio Vargas.

## Ciência e tecnologia

A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) também aprovou suas emendas à proposta orçamentária. Todas são de apropriação. O relator, Lasier Martins (PDT-RS), buscou agrupar as 63 emendas dos parlamentares integrantes da CCT com tema semelhante.

A primeira destina R\$ 1,5 bilhão para a formação, a capacitação e a fixação de recursos humanos qualificados para a ciência e a tecnologia. A segunda, de R\$ 115 milhões, vai para o fomento à pesquisa e à inovação nas unidades de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações.

Outra emenda destina R\$ 200 milhões para o apoio a iniciativas e projetos de inclusão digital. A última destina R\$ 74 milhões ao fomento de inovação e tecnologias inovadoras.

## Transparência

Apresentadas por Paulo Bauer (PSDB-SC), a Comissão de Transparência e Governança Pública aprovou duas emendas, de apropriação e de acréscimo, nos valores de R\$ 20 milhões para o Ministério da Transparência, Fiscalização e Controle, e de R\$ 25 milhões para o Ministério Público Federal. Ambas têm a finalidade de reforçar

programações orçamentárias de órgãos responsáveis pelas ações de prevenção e combate à corrupção e aumento da transparência pública.

Outra emenda aprovada altera o texto do projeto de lei para estipular condições e parâmetros para as aberturas de crédito suplementar autorizadas na lei orçamentária. De acordo com Bauer, relator da emenda, a redação proposta por João Capiberibe (PSB-AP) “inova ao estipular regras que avançam na busca por um Orçamento mais realista e portanto mais transparente à sociedade”. Bauer chamou a atenção para o cenário de restrição fiscal que o país atravessa, que “exige o atendimento de condições mínimas que assegurem a higidez das finanças públicas”.

## Violência

Três comissões mistas do Congresso também aprovaram emendas à proposta orçamentária de 2017. A Comissão Mista de Combate à Violência contra a Mulher aprovou o relatório da deputada Conceição Sampaio (PP-AM) favorável a quatro emendas que destinam mais recursos para o enfrentamento da violência contra a mulher.

A primeira delas pretende garantir R\$ 180 milhões para o atendimento às mulheres em situação de violência. A segunda, de R\$ 120 milhões, vai para a construção da Casa da Mulher Brasileira e de Centros de Atendimento às Mulheres nas Regiões de Fronteira Seca.

A terceira prevê a dotação de R\$ 100 milhões para a promoção de políticas de igualdade e de direitos das mulheres. A última destina R\$ 100 milhões para incentivar as políticas de autonomia das mulheres.

## Inteligência

Outra comissão do Congres-

so que definiu as emendas ao Orçamento da União para 2017 foi a Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência.

Foi aprovada a emenda que beneficiará o Exército, no valor de R\$ 70 milhões, visando à implantação de um sistema de dados cibernéticos para defesa nacional.

A Marinha poderá contar com mais R\$ 1 milhão para ações de caráter sigiloso no próximo ano.

Outra emenda destina R\$ 80 milhões para o aprimoramento da Polícia Federal.

Uma quarta proposta prevê R\$ 10 milhões para a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) empregar em ações de inteligência de caráter sigiloso.

A Comissão de Atividades de Inteligência conta com seis titulares, sendo três senadores e três deputados, os líderes da Maioria e da Minoria na Câmara dos Deputados e no Senado, assim como os presidentes das Comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional das duas Casas.

## Mudanças climáticas

A Comissão Mista de Mudanças Climáticas também aprovou emendas ao PLN 18/2016. O relatório, do deputado Sérgio Souza (PMDB-PR), acatou duas propostas: uma no valor de R\$ 150 milhões para a Política Nacional de Recursos Hídricos e outra de R\$ 100 milhões para ações de recuperação e preservação de bacias hidrográficas.

A comissão votou ainda uma emenda que prevê R\$ 250 milhões para o enfrentamento da desertificação e a mitigação dos efeitos da seca. Aprovou também outra emenda no valor de R\$ 100 milhões destinada ao fomento do ensino, da pesquisa e da extensão.